

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.262.570 - RS (2011/0106854-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : DÉBORA RIBEIRO RONCONE
ADVOGADO : CÉSAR PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO : CARLOS JOSIAS MENNA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO VEICULAR. NEGATIVA DE COBERTURA. SERVIÇO DE REBOQUE. PRESCRIÇÃO. AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA. PRAZO ANUO. SÚMULA 101/STJ.

- 1. A ação de indenização do segurado contra a seguradora prescreve em um ano. Inteligência da súmula 101/STJ.*
- 2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a). Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Nancy Andrichi e Sidnei Beneti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2013(Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.262.570 - RS (2011/0106854-5)

AGRAVANTE : DÉBORA RIBEIRO RONCONE
ADVOGADO : CÉSAR PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO : CARLOS JOSIAS MENNA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO (Relator):

Trata-se de agravo regimental manejado por DÉBORA RIBEIRO RONCONE contra decisão assim sintetizada:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO VEICULAR. PRESCRIÇÃO. AÇÃO DO SEGURADO CONTRA A SEGURADORA. PRAZO ÂNUO. SÚMULA 101/STJ.

1. A ação de indenização do segurado contra a seguradora prescreve em um ano. Inteligência da súmula 101/STJ.

2. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

As razões do pedido, refutando formalmente os fundamentos da decisão agravada, renovaram a tese do recurso especial de inaplicabilidade do prazo prescricional anual, porquanto "*a discussão estabelecida no feito não guarda relação com a indenização por acidente veicular, mas sim por negativa de prestação de serviço acessório contratado*". (fls. 210)

É o relatório.

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.262.570 - RS (2011/0106854-5)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO (Relator):

Eminentes Colegas, a irresignação recursal não merece acolhida.

Com efeito, assevera o acórdão recorrido (fls. 133) que "*a pretensão da autora surge a partir do descumprimento de obrigação secundária contida no contrato de seguro, qual seja, prestação de serviço de guincho, prevista no item 3.1.1 das condições gerais do seguro (fl. 44)*". Nesse passo, a causa de pedir é a negativa da cobertura securitária, ainda que de natureza secundária.

Desse modo, o acórdão recorrido não destoa do entendimento desta Corte no sentido de que a ação de indenização do segurado contra a seguradora prescreve em um ano.

Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. REGULARIDADE. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO. TRIBUNAL DE ORIGEM. SEGURO. VEÍCULOS. PRESCRIÇÃO ÂNUA. ART. 178, § 6º DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. INAPLICABILIDADE DO ART. 27 DO CDC.

1. ...

2. Aplica-se a prescrição anual do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, às ações do segurado contra a seguradora, buscando a complementação de indenização relacionada a acidente de veículo (Súmula 101/STJ).

3. Não incidência da regra do art. 27 do CDC, porquanto restrito às hipóteses de fato do produto ou do serviço.

4. Recurso especial provido.

(REsp 612.481/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2011, DJe 16/12/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO DE VEÍCULO - PRESCRIÇÃO ÂNUA - SUSPENSÃO DO PRAZO - TERMO INICIAL - RESPOSTA DEFINITIVA DA SEGURADORA - ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - RECLAMAÇÃO JUNTO À SUSEP - SUSPENSÃO - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ -

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

(AgRg no REsp 1050508/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJe 27/02/2009)

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO.

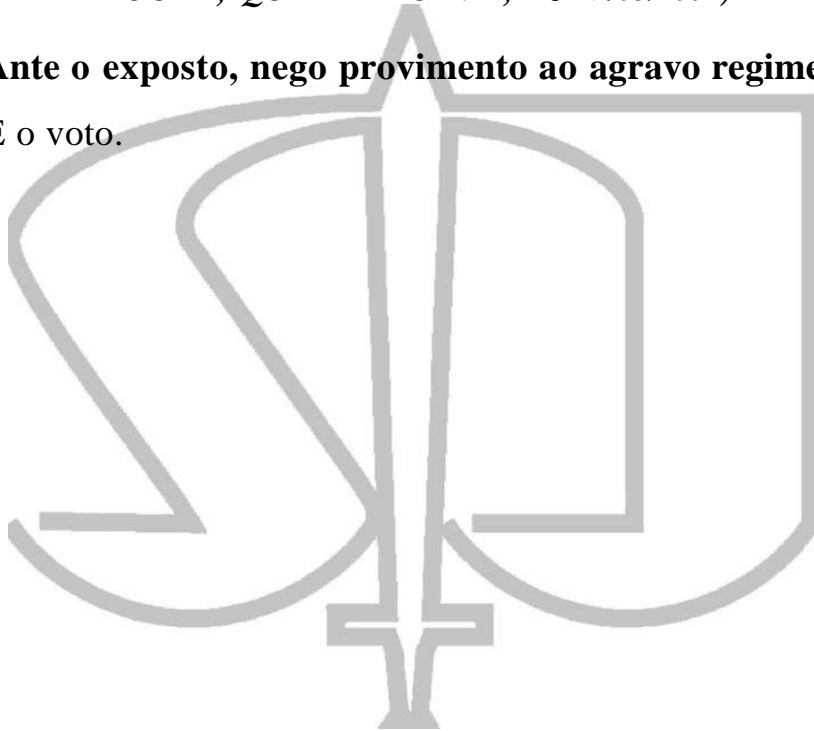
Prescreve em um ano a ação do segurado contra a seguradora, conforme disposto no art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916.

Subsistentes os fundamentos do decisório agravado, nega-se provimento ao agravo.

(AgRg no AgRg no REsp 651.759/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, DJ 19/03/2007)

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É o voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA**

Número Registro: 2011/0106854-5

**AgRg no
REsp 1.262.570 / RS**

Números Origem: 10701695670 201000123869 70023378607 70030799282

EM MESA

JULGADO: 19/02/2013

Relator

Exmo. Sr. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MAURÍCIO DE PAULA CARDOSO**

Secretária

Bela. **MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : DÉBORA RIBEIRO RONCONE
ADVOGADO : CÉSAR PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
RECORRIDO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO : CARLOS JOSIAS MENNA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : DÉBORA RIBEIRO RONCONE
ADVOGADO : CÉSAR PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S)
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO : CARLOS JOSIAS MENNA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a). Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Nancy Andrighi e Sidnei Beneti votaram com o Sr. Ministro Relator.